



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

COMARCA DE JACINTO

SELEÇÃO PÚBLICA – ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

EDITAL Nº 01/2025

CADERNO DE PROVAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 30/05/2025

Atenção!

Verifique se este caderno de provas corresponde à sua opção de inscrição e se contém 15 (quinze) questões objetivas, numeradas de 1 a 15. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. **NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES POSTERIORES.**

Informações gerais:

- **Ao final da prova, entregue ao fiscal esta folha de rosto e a folha de respostas.** Você poderá levar consigo o caderno de provas.
- O tempo de duração das provas é de 2 (duas) horas e abrange também assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas.
- A prova será realizada sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos ou a utilização de aparelhos eletrônicos (beep, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, palmtop, notebook, receptor, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio do tipo *databank*, gravador, pager, etc.), livros, anotações e similares.
- Na correção da Folha de Respostas serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
- O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
- Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.
- Não será permitida a substituição da Folha de Respostas, quando o erro for do candidato.
- Será eliminado o candidato que deixar de entregar a Folha de Respostas da prova objetiva, findo o prazo limite para realização das provas.

.....
NOME DO CANDIDATO: _____

(letra legível)

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

CARTEIRA DE IDENTIDADE: _____

Boa prova!



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

COMARCA DE JACINTO

SELEÇÃO PÚBLICA – ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO

EDITAL Nº 01/2025

PROVA OBJETIVA

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 30/05/2025

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DIREITO

INSTRUÇÕES: Leia atentamente cada questão e assinale a alternativa correta.

Questão 1

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 5º, são direitos e deveres individuais e coletivos. Considerando esses direitos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- c) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- d) É livre a associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, independentemente de prévia autorização.

Questão 2

Um magistrado se depara com um caso em que um servidor público, em sua atuação, praticou um ato que, embora não seja expressamente proibido por lei, viola gravemente os princípios da moralidade e da impessoalidade da Administração Pública. Considerando os princípios do Direito Administrativo, como o magistrado deve agir diante dessa situação?

- a) Deve considerar o ato lícito, uma vez que não há vedação legal expressa, aplicando o princípio da legalidade em sua forma mais estrita.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

- b) Deve anular o ato administrativo, fundamentando sua decisão na violação dos princípios da moralidade e impessoalidade, que regem a Administração Pública.
- c) Deve remeter o caso para apreciação legislativa, pois apenas o Poder Legislativo pode criar novas proibições.
- d) Deve aguardar uma decisão superior que estabeleça precedentes para casos de violação de princípios, sem previsão legal específica.

Questão 3

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/2002), sobre a Parte Geral, assinale a alternativa correta em relação à capacidade das pessoas:

- a) Os menores de dezesseis anos são relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- d) As pessoas com deficiência não podem contrair matrimônio, sem exceções.

Questão 4

Em um processo cível, o juiz verifica que uma das partes protocolou uma petição em que o advogado não assina eletronicamente e não apresenta procuração válida nos autos. De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), o que o juiz deve fazer?

- a) Considerar a petição inexistente e desconsiderá-la de plano, pois o ato é nulo.
- b) Abrir prazo para que a parte regularize a representação processual e a assinatura da petição, sob pena de considerar o ato inexistente.
- c) Intimar a parte adversa para se manifestar sobre a irregularidade antes de qualquer providência.
- d) Determinar o imediato arquivamento do processo devido à falha processual insanável.

Questão 5

Conforme o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), sobre "Dos Crimes Contra a Pessoa", assinale a alternativa correta:

- a) A lesão corporal de natureza grave, que resulta em incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, é punida com detenção.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Justiça de Primeiro Grau

- b) No crime de homicídio, a qualificadora do motivo fútil ou torpe não pode ser afastada se o agente agiu sob violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
- c) O crime de feminicídio é uma qualificadora do crime de homicídio, caracterizado pela violência doméstica e familiar ou menosprezo à condição de mulher.
- d) O furto de celular praticado mediante grave ameaça à pessoa é classificado como crime contra a pessoa.

Questão 6

Um delegado de polícia instaura um inquérito policial para apurar um crime de furto simples. Durante as investigações, a vítima comparece à delegacia e desiste de representar contra o suposto autor, antes mesmo do oferecimento da denúncia. De acordo com o Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941) e considerando a natureza do crime de furto simples, qual a providência cabível?

- a) O delegado deve arquivar o inquérito imediatamente, pois a desistência da vítima encerra a persecução penal.
- b) O delegado deve continuar as investigações, pois a ação penal nos crimes de furto simples é pública incondicionada.
- c) O delegado deve remeter os autos ao Ministério Público, que avaliará a conveniência de prosseguir com a ação penal, mesmo com a desistência da vítima.
- d) O inquérito não deveria ter sido instaurado, pois se trata de crime de ação penal privada que depende de queixa-crime da vítima.

Questão 7

Em um Juizado Especial Cível, o Juiz depara-se com um litígio cujo valor da causa excede o limite estabelecido por lei para essa competência. Considerando a Lei nº 9.099/95, qual a conduta correta do Juiz?

- a) O Juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito, encaminhando as partes para a Justiça Comum.
- b) O Juiz deve prosseguir com o julgamento, pois o valor da causa não é um critério absoluto de competência nos Juizados Especiais.
- c) O Juiz deve conceder prazo para que o autor reduza o valor da causa, a fim de adequá-lo à competência do Juizado.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

d) O Juiz deve declinar da competência para uma Vara Cível da Justiça Comum, remetendo os autos.

Questão 8

A Fazenda Pública do Município de Jacinto ajuíza uma execução fiscal para a cobrança de um débito de IPTU não pago por um contribuinte. No entanto, o crédito tributário está prescrito há mais de 5 anos. De acordo com a Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais), qual a postura que o magistrado deve adotar ao analisar o caso?

- a) O magistrado deve aguardar a manifestação da Fazenda Pública sobre a prescrição, pois a matéria não pode ser reconhecida de ofício.
- b) O magistrado pode, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la, extinguindo a execução fiscal.
- c) O magistrado deve extinguir o processo sem resolução de mérito e determinar a devolução do título executivo à Fazenda Pública para nova inscrição.
- d) O magistrado deve conceder prazo à Fazenda Pública para que apresente provas da interrupção ou suspensão da prescrição antes de qualquer decisão.

Questão 9

Sobre a Lei nº 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública abrange as causas de mandado de segurança e de desapropriação.
- b) As causas de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, com valor até 60 (sessenta) salários mínimos, são de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- c) Não se aplica subsidiariamente aos Juizados Especiais da Fazenda Pública a Lei nº 9.099/95.
- d) Os recursos contra as decisões proferidas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública são julgados pelos Tribunais de Justiça em Câmara especializada de direito público.

Questão 10

Um consumidor adquire um produto que apresenta vício de qualidade que o torna impróprio para o uso. Ao tentar resolver o problema com o fornecedor, este se recusa a sanar o vício no prazo legal. De acordo com a Lei nº 8.078/90



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

(Código de Defesa do Consumidor), qual a alternativa correta sobre os direitos do consumidor nesta situação?

- a) O consumidor é obrigado a aceitar a substituição do produto por outro de espécie diversa, caso não haja o mesmo modelo em estoque.
- b) O consumidor pode exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso, a restituição imediata¹ da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, ou o abatimento proporcional do preço.²
- c) O fornecedor tem prazo ilimitado para sanar o vício do produto, desde que o consumidor não tenha acionado o Procon.
- d) A responsabilidade do fornecedor por vício do produto é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa.

PROVA DE CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

INSTRUÇÕES: Leia atentamente cada questão e assinale a alternativa correta.

Questão 11

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas de acordo com a ortografia oficial vigente.

- a) excessão, pretencioso, privilégio
- b) exceção, pretencioso, privilégio
- c) excessão, pretencioso, previlégio
- d) exceção, pretencioso, previlégio

Questão 12

Em relação à pontuação, assinale a frase gramaticalmente correta.

- a) O advogado, diligente, sempre busca a justiça.
- b) O advogado diligente, sempre busca a justiça.
- c) O advogado diligente sempre busca, a justiça.
- d) O advogado, diligente sempre busca a justiça.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

Questão 13

Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto.

- a) Ele se referiu à ela durante a reunião.
- b) Fui à comarca para resolver pendências.
- c) Entregou os documentos à a secretária.
- d) Dedicou-se à estudo da legislação.

Questão 14

Assinale a alternativa em que a regência do verbo impetrar foi empregada de maneira incorreta:

- a) A defensoria pública impetrou um habeas corpus ao juiz para liberar o detento.
- b) O sindicato impetrou um mandado de segurança ao tribunal contra a decisão da empresa.
- c) O advogado do réu se acelerou para impetrar ao habeas corpus.
- d) Os cidadãos impetraram uma ação popular ao juiz contra a construção irregular.

Questão 15

Marque a alternativa em que a concordância verbal está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Houveram muitos problemas durante o processo.
- b) Fazem muitos anos que não o vejo.
- c) Menos de dez por cento dos candidatos compareceu.
- d) A maioria dos processos foi arquivada.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Justiça de Primeiro Grau

COMARCA DE JACINTO

SELEÇÃO PÚBLICA – ESTÁGIO PARA ALUNOS DE PÓS-PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO

EDITAL Nº 01/2025

FOLHA DE RESPOSTAS

PROVA OBJETIVA – PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

DATA DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 30/05/2025

Atenção! Preencher de caneta azul ou preta. Não amassar. Não rasurar.

1) A B C D

2) A B C D

3) A B C D

4) A B C D

5) A B C D

6) A B C D

7) A B C D

8) A B C D

9) A B C D

10) A B C D

11) A B C D

12) A B C D

13) A B C D

14) A B C D

15) A B C D